



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

GENOCÍDIO NEGRO E PANDEMIA DO COVID-19

MARCIA DA SILVA CLEMENTE ¹

Resumo: o presente artigo versa sobre genocídio e pandemia do COVID-19, sob os aspectos de gênero, raça e classe nos marcos da sociabilidade do capital. Os desdobramentos da pandemia no Brasil, país de capitalismo dependente cujas ações voltadas para o enfrentamento da pandemia são permeadas por dificuldades que se expressam na economia, na reprodução da vida social e da ideologia, sendo a população negra o alvo preferencial do das desigualdades sociais aprofundadas no país pela crise sanitária e de sociabilidade na atualidade. Os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental estão expostos ao longo do desenvolvimento do trabalho. As conclusões apontam para o aprofundamento do genocídio negro na pandemia, organizado como uma política ideológica e econômica do Estado brasileiro.

Palavras-Chave: Genocídio Negro; Pandemia do Covid-19; Crise do Capital.

Abstract: This article deals with genocide and the COVID-19 pandemic, under the aspects of gender, race and class within the framework of the sociability of capital. The unfolding of the pandemic in Brazil, a country of dependent capitalism whose actions aimed at fighting the pandemic are permeated by difficulties that are expressed in the economy, in the reproduction of social life and ideology, with the black population the preferred target of deepening social inequalities in the country due to the current health and sociability crisis. The data obtained by the bibliographic and documental research are exposed throughout the development of the work. The conclusions point to the deepening of black genocide in the pandemic, organized as an ideological and economic policy of the Brazilian State.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Recôncavo Baiano

Keywords: Black Genocide; Covid-19 pandemic; Capital Crisis.

1. Introdução

A atual crise do capital na conjuntura da policrise pandêmica do COVID-19 e suas repercussões no junto a juventude, mulheres e homens negros, indígenas. O objetivo desse trabalho consiste em discutir os desafios postos aos grupos vítimas da violência estrutural perpetradas hegemonicamente, por uma classe social vinculada a um projeto de poder cujas violências epistemológicas, simbólicas e psicológicas se fazem presentes e são naturalizadas pela persistência do mito da democracia racial no Brasil. Algo que tem sido tensionado pelas políticas de ações afirmativas, pela resistência dos movimentos sociais e coletivos que se empenham pela eliminação de todas as formas de violência presentes em nossa sociabilidade.

A conjuntura que estamos implicadas e vivendo no Brasil e em algumas partes do mundo diz respeito a ascensão do fascismo e da indiferença as vidas perdidas em decorrência da pandemia. No Brasil em agosto de 2022 são contabilizadas 683 mil mortes por COVID-19. A desigualdade econômica extrema é outro fator crítico que interfere na saúde geral da população negra. Com os 10% da população mais rica do Brasil concentrando 55% do total da renda do país, o Brasil fica atrás apenas do Catar na desigualdade de renda, de acordo com um relatório de 2019 das Nações Unidas. Sobre a população negra os impactos do COVID-19:

Os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penalizam grupos vulneráveis, especialmente entre pessoas negras, está diretamente relacionado à policrise sanitária, social, política, econômica, moral, crise na globalização e os fluxos migratórios etc. Essa conjuntura influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde. O Sistema Único de Saúde, organizado a partir das redes de atenção à saúde, deve garantir a integralidade do cuidado das pessoas diagnosticadas com Covid-19. Além disso, as Equipes de Saúde da Família podem contribuir com o acompanhamento da população mais vulnerável economicamente, com iniciativas de educação em saúde sobre medidas de prevenção, testagem para a Covid-19, assistência aos casos mais leves e o monitoramento de grupos de risco, tais como idosos, portadores de doenças crônicas e imunossuprimidos. SANTOS. M. NERY, J. GOES, E. SILVA, A. SANTOS, A. BATISTA, L. ARAUJO. E.2020, p..3)

No Brasil, diferentemente de outros países, o governo adotou inicialmente distanciamento e isolamento sociais como estratégia de enfrentamento da pandemia, mas logo em seguida optou por colocar em primeiro plano a economia e minimizar os efeitos da Covid-19. No contexto da Covid-19 o IBGE (2020) demonstra que há um maior número de

internações e óbitos por Covid-19 entre faxineiras (os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados (as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras (6,5%); técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%). Também não foi considerada a prioridade para vacinar profissionais como domésticas, merendeiras, professoras e professores, cuidadoras, motoristas de ônibus e outros profissionais que trabalham para garantir as possibilidades de isolamento e proteção à Covid-19 de tantas pessoas não negras e com bom poder aquisitivo. O que ocorreu no Brasil foi um verdadeiro genocídio. Dessa forma entendemos a importância de definir o que a ONU preconiza como genocídio, para demonstrar o que houve entre 2020-2022 no Brasil:

Por genocídio, pela definição da **ONU (1948)**, entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) Assassinato de membros do grupo; (b) Causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) Impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) Impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) Transferir à força crianças de um grupo para outro (CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, ONU, 1948)

Diante do descaso, omissão, negacionismo e desumanidade do Estado brasileiro diante da Pandemia do COVID -19, aliado a necropolítica, desemprego e encarceramento em massa. Podemos afirmar que estamos diante de uma política genocida em pleno século XXI, num ambiente de naturalização da barbárie.

Esta pesquisa se configura como bibliográfica e documental e o método de análise se fundamenta no materialismo histórico dialético. A busca pelas raízes históricas da questão em estudo nos aproxima das mediações e, sobretudo, fazendo as articulações entre economia, política e ideologia, a partir da concepção materialista da história e da dialética marxista, no terreno histórico marcado pelas contradições e crises da sociabilidade do capital, este aporte teórico-metodológico nos garante uma visão crítica do objeto e me fez questionar o real como síntese de múltiplas determinações. A análise dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental serão expostos nas seções do desenvolvimento desse trabalho.

2.1 Crise do Capital e as desigualdades sociorraciais em países de capitalismo dependente.

Geopoliticamente o Brasil está na periferia do capitalismo, precisamos nos aproximar

de particularidades relacionadas às dimensões de classe e raça, uma vez que os jovens negros, das periferias são alvo preferenciais da violência genocida que vem estruturando as relações sociais na sociedade brasileira. Estamos no continente cujas realidades latino-americana, asiática, africana e das periferias da Europa são semelhantes. Nos países centrais e hegemônicos do capitalismo, os alvos preferenciais das desigualdades sociais são os imigrantes, os indígenas, negros e brancos pobres para que são explorados pelo trabalho e são constituintes das periferias internas desses países.

Fazer a crítica a estas sociedades do ponto de vista das estruturas racial, de gênero e de classe, tem sido a perspectiva política e teórica adotada pelo marxismo em países de capitalismo dependente², uma vez que não se pode ignorar as diferentes formas de opressão que se combinam, de forma independente, contraditória e violenta, à superexploração capitalista e à dominação de classes. Para Mascaro (2013):

A sorte das minorias, nas sociedades capitalistas, deve ser tida não apenas como replique, no mundo atual, das velhas operações de preconceito e identidade, mas como política estatal deliberada de instituição de relações estruturais e funcionais da dinâmica do capital. Por isso o capitalismo é machista, homofóbico, racista e discriminador dos deficientes e dos indesejáveis. O capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulher o papel estrutural de guardadora do núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução da mão de obra. A homofobia é uma técnica de contenção, controle e direcionamento dos prazeres e de apoderamento relativo de grupos, alimentando ainda o patriarcado. A noção de raça superior está em conexão direta com a posse do capital ou com a depreciação do concorrente. A deficiência é considerada disfuncional e a feiura é indesejada no mercado que permeia os corpos (MASCARO, 2013, p. 66-67).

Nestes países, destacamos as reflexões de autores marxistas como Florestan Fernandes, Mariategui e Amílcar Cabral³. O que nos chama atenção nas análises desses

²Por estarmos tratando de um universo temático bastante amplo consideramos importante demarcar nossa escolha teórica, vinculada aos fundamentos hegemônicos da formação profissional do assistente social, fincadas numa abordagem crítico dialética da história, realizando uma análise concreta das situações concretas, a partir da tradição marxista, sobretudo aquelas que dialogam com a realidade da periferia do capitalismo na América Latina e África, como é o caso do Brasil, Peru e Guiné-Bissau.

³Florestan Fernandes, de modo mais nítido, seus posicionamentos políticos nas décadas de 1970 e 80 apontam para as raízes raciais e de classe das desigualdades sociais no Brasil. Para ele, essa era uma característica marcante dos países de origem colonial, subdesenvolvidos e de capitalismo dependente (COSTA e CLEMENTE, 2012). Mariategui, nos anos 1920, nos permite compreender o colonialismo enraizado nas formações sociais latino-americanas, a existência de uma burguesia nacional pró-imperialista, a junção entre as formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração, o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes e, ainda, a combinação entre subdesenvolvimento e dependência (COSTA e CLEMENTE, 2012). Amílcar Cabral, dos anos 1950 aos 1970, dissecou os clássicos do marxismo, fez um estudo criativo das classes sociais e desenvolveu uma forma de luta contra o próprio regime de espoliação colonial. Diante de um regime feroz e assassino, Cabral se ergueu com a crítica das armas e as armas da crítica para conduzir à vitória o Partido Africano da Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (SECCO, 2013).

autores é a capacidade de colocar o sistema capitalista no centro dos debates, incorporando mediações essenciais para a compreensão dessas sociabilidades que se estruturam na exploração do trabalho em relações sociais marcadas pelo racismo, sexismo, misoginia, LGBTfobia, lesbofobia, e expressões violentas da luta de classes.

A relação entre exploração e superexploração estará posta dialeticamente entre as sociedades dependentes e periféricas e as sociedades cujo desenvolvimento das forças produtivas alcançam elevados níveis de exploração, tensionando a relação capital-trabalho numa sociabilidade marcada por profundas desigualdades. O centro e a periferia do capitalismo estarão em uma relação uníssona de dependência.

Esses autores, explicitam que categorias como o racismo, colonialismo, imperialismo, dependência e espoliação, por exemplo, se configuram como mediações essenciais para a compreensão da dinâmica capitalista desde suas raízes mercantis até seu atual estágio de acumulação, representando uma unidade no diverso, em conjunturas marcadas por guerras, ascensão do fascismo e a tendência cada vez mais presente na fase dos monopólios e financeirização do capitalismo.

A divisão capitalista do trabalho, divisão esta baseada no gênero, na raça e na geração, nesse sentido, não se limita apenas a submeter a si todos os campos da atividade material e espiritual, mas se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações, que se revelam posteriormente, sob variadas formas, nas diversas manifestações ideológicas. Souza (2016) afirma que:

[...] o trabalho, categoria fundante do ser social e a reprodução social, momento predominante das sociedades constituídas, adquire novas qualidades e características a partir do surgimento das classes sociais e da divisão social do trabalho. A ideologia, na qualidade de categoria ontológica do ser social, também se modifica e é cindida. De um lado, há uma tendência à formação das ideologias conservadoras, dentre as quais o conservadorismo é uma particularidade. De outro, as ideologias revolucionárias (SOUZA, 2016, p.59).

Lukács (2009) considera que a ideologia burguesa é falsa, não porque distorce, inverte a realidade do mundo material, mas porque é incapaz de ir além dos ditames estruturais da ordem burguesa. Ao discutir a situação que o homem se encontra em sua totalidade social no contexto histórico do fascismo, o autor húngaro assevera que:

Esta situação pode ser resumida muito brevemente: o poderio militar do fascismo foi aniquilado na guerra. No entanto, o desenvolvimento posterior ao fim da guerra mostra que a destruição política, organizativa e, sobretudo, ideológica do fascismo é bem mais lenta e difícil do que muitos pensavam. Do ponto de vista político porque alguns homens de Estado, que se proclamavam enfaticamente democratas, consideram os fascistas uma espécie de reserva sua, e por isso, abrigam-nos e até os apoiam (...) O fascismo como concepção de mundo, é antes de mais nada o apogeu qualitativo de teorias irracionistas do domínio da epistemologia dos aristocratas no plano social e moral- teorias que, na ciência oficial e não oficial, bem como na divulgação científica e pseudocientífica e no jornalismo, desempenham um papel importante há décadas (LUKÁCS, 2009, p.25).

As ideologias conservadoras encontram terreno fecundo em momentos que as contradições de classe se acirram, esse movimento dentro da lógica capitalista não é novo. O atual momento político, econômico e ideológico do capitalismo tem se apropriado ideologicamente de discursos e atitudes no campo da ideologia fascista para garantir a conquista do poder.

De outro lado, surgem as ideologias revolucionárias como fruto das práticas cotidianas e da luta da classe trabalhadora. Essas ideologias revolucionárias estão imersas em múltiplas mediações, que vão da aparência à essência, o fetichismo ideológico ao qual estamos imersos tem raízes profundas em teorias racistas que tendem a alijar os processos de hegemonia em sociedades democráticas que estão imersas no fascismo. Lukács (2009) nos alerta que:

O fascismo jamais triunfaria sem a crise da democracia e daquele complexo de ideias a ela conexas (...) Esta crise tornou as massas e a intelectualidade receptivas ao veneno ideológico da teoria racista e desarmou ideologicamente – de modo parcial ou total seus opositores (Lukács, 2009, p.47)

É oportuno destacar que a discussão sobre o Estado se atualiza de acordo com o movimento das classes sociais, refletindo o modo como os indivíduos estabelecem relações entre si em seus vínculos contraditórios com a propriedade privada. Uma concepção integral de “Estado” procura contribuir para reforçar a sociabilidade do capital. Aqui a sociabilidade é entendida como sociabilidade do capital. De modo particular no Brasil, concordamos com Clemente(2019) quando a mesma, ao trazer a definição de Munanga (2006) de como o fenômeno do racismo se constitui e se operacionaliza cotidianamente em nossa sociedade, considerando ainda, que é neste universo que diferenciações depreciativas, em que as características fenotípicas, sobretudo, a cor da pele é exaltada para o exercício da inferiorização dos sujeitos alvos. Nesta perspectiva, podemos conceituar racismo da seguinte forma:

É um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual tenta se impor como única e verdadeira (MUNANGA, apud CLEMENTE, 2006, p. 179).

O racismo atua no Brasil, conforme citado anteriormente, num ambiente marcado por uma sofisticada estratégia ideológica de mascaramento da realidade. A dinâmica genocida no Brasil, denunciada por Abdias do Nascimento. Estamos tocando numa ferida social que é causa entre outras coisas, do genocídio⁴ e encarceramento de jovens negros no Brasil. Dados do Mapa da Violência 2019 mostram que 75% das vítimas de homicídio no Brasil são negras. Estas questões perpassam o cotidiano das periferias e nos mostram o evidente vínculo de classe, raça e gênero, conforme explicita Zaccone (2006):

A chamada 'guerra às drogas' passa a ser um recrutador eficaz de clientela para a letalidade do nosso sistema penal. Não é mera coincidência 'que a política criminal de drogas hegemônica no planeta se dirija aos pobres globais indiscriminadamente: sejam eles jovens favelados do Rio, camponeses na Colômbia ou imigrantes indesejáveis no hemisfério norte' (...) Assim, a expressão 'guerra às drogas' soa como uma metáfora, pois oculta que, como toda guerra, está voltada para atingir pessoas identificadas como inimigas (ZACCONE, 2006, 139).

Nas periferias essa violência passa a ter cor e raça, voltando-se, sobretudo, contra o povo negro. Não é novidade que a chamada "guerra às drogas" sentencia à morte gerações de jovens, como é o caso do Brasil. No caso brasileiro, por exemplo, os dados do Relatório da Anistia Internacional (2017/2018) informam que as forças repressivas, policiais e militares, possuem como seus alvos preferenciais jovens negros da periferia, concentrando-se a violência na forma de homicídios, tanto regionalmente, como também apresentando uma inequívoca dimensão de classe social.

As Forças Armadas foram cada vez mais designadas a cumprir funções policiais e de manutenção da ordem pública. As autoridades não adotaram medidas para reduzir a taxa de homicídios, que permaneceu alta para jovens negros. O número de homicídios aumentou nas grandes cidades, sobretudo no Nordeste. Estatísticas nacionais compiladas e publicadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelaram que 61.619 pessoas foram mortas em 2016, das quais 4.657 eram mulheres. (ANISTIA INTERNACIONAL/2017-2018)

4 Abdias do Nascimento lançou, em plena ditadura empresarial-militar, o livro: O genocídio do Negro Brasileiro: processo de racismo mascarado. Passados 40 anos da publicação ainda persistem as lutas cotidianas contra o mito da democracia racial e o racismo estrutural no País.

Os assassinatos perpetrados por policiais e pelas forças de segurança, sob o pretexto das guerras às drogas, atuam como um mecanismo de contenção e controle das formas espontâneas e potenciais de protesto popular. O Relatório da Anistia Internacional (2017-2019) traz os seguintes dados:

Os homicídios no Brasil nos últimos quinze anos registraram número maior do que o mesmo crime em oito países sul-americanos somados, ou ainda, todos os assassinatos registrados no mesmo período nos 28 países da União Europeia. Cerca de 56% do total dos assassinatos envolvem pessoas jovens com até 29 anos, e dessas, 71% são negras. A este quadro, soma-se a inexistência de um sistema de produção de dados seguros sobre as circunstâncias dessas mortes, condições de aferir ocultamento de mortes por homicídio e quantas ocorrem por ação direta ou indireta da polícia. (ANISTIA INTERNACIONAL/2017-2018).

Um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas apresenta um mapa do encarceramento no Brasil, que traça o perfil da terceira maior população carcerária do mundo, com 715.655 presos, só perde para China e Estados Unidos. Segundo os dados, o crescimento da população carcerária no Brasil foi impulsionado principalmente pela prisão de jovens, de negros e de mulheres pobres. Chama a atenção, também, a forma como as instituições midiáticas realizam suas abordagens sobre drogas. A Anistia Internacional 2021, aponta que em todo o globo frente a pandemia na desigualdade entre as classes sociais

Estado dos Direitos Humanos no Mundo destaca que a crise sanitária a crise aumentou a desigualdade social estrutural e sistêmica do país, cerca de 27 milhões de pessoas passaram a viver na extrema pobreza, com menos de R\$246 ao mês. De acordo com a entidade, o governo Bolsonaro e sua retórica autoritária aumentaram o risco para a defesa de direitos humanos no Brasil e reduziram o espaço cívico. ONGs, jornalistas, ativistas, defensores e defensoras de direitos humanos e movimentos sociais foram perseguidos e estigmatizados. A violência policial seguiu deixando rastros de mortes e violações de direitos humanos em favelas e periferias (ANISTIA INTERNACIONAL 2020/2021)

Neste sentido, o neurocientista Hart, em seu livro “Um preço muito alto” (2017), afirma que tanto no Brasil como nos EUA há similaridades no trato midiático na história da guerra às drogas, afirmando que:

É fato que a mídia lucra com programas sensacionalistas que mostram a polícia em perseguições atrás de traficantes, mas isso é assim no Brasil e nos EUA. Aliás o formato dos nossos jornais e assuntos se não iguais, são muito parecidos com os programas sensacionalistas dos EUA. Uma das coisas que me perturbam quando venho ao Brasil: Eu odeio ouvir as pessoas falando sobre os traficantes. O tipo de linguagem coloca a culpa no lugar errado. As pessoas que estão lucrando com o

tráfico de drogas no Brasil são os poderosos, políticos, autoridades. Mas na mídia e na TV o que se mostra é que a juventude negra é o problema das drogas. Fizemos isso nos EUA 30 anos atrás e percebemos que é uma cilada, um truque. Mas era tarde demais, porque todos os meninos e homens negros dos EUA já estão na prisão. E vejo que o mesmo pode vir a acontecer ou já está acontecendo aqui no "Brasil", compara (HART,2017).

Dados fornecidos pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) nos últimos anos, a despeito da precariedade e indisponibilidade de determinadas informações, é possível afirmar que a população carcerária é majoritariamente formada por homens, jovens e negros, e que aproximadamente 80% das pessoas presas respondem por delitos de duas naturezas: drogas e patrimônio. Zaccone (2006), informa que:

O sistema penal revela assim o estado de miserabilidade dos varejistas das drogas ilícitas, conhecidos como "esticas", "mulas", "aviões", ou seja, aqueles jovens (e até idosos) pobres das favelas e periferias cariocas, responsáveis pela venda de drogas no varejo, alvos fáceis da repressão policial por não apresentarem nenhuma resistência aos comandos de prisão. O fato de a imprensa e de as autoridades públicas darem grande destaque às prisões dos chamados "chefes" do tráfico, dedicando as primeiras páginas dos jornais e muitos esforços à captura dos "donos" do negócio relativo ao comércio de drogas, demonstra, por si só, a existência de um escalonamento. De um lado "grandes" traficantes, como *Fernandinho Beira-Mar*, e pouco mais de uma dezena de nomes considerados delinquentes de alta periculosidade, para os quais são reservadas algumas celas nos presídios de segurança máxima; do outro, milhares de "fogueteiros", "endoladores" e "esticas" que, junto dos "soldados"- única categoria armada e responsável pela segurança do negócio assemelham-se mais à estrutura de uma empresa do que a de um exército (ZACCONE, 2006, p.64).

Um grande cuidado a se tomar, porém, seria o de não se reduzir os distintos tipos de dominação de grupos, classes e categorias sociais sobre outros ao denominador comum da exploração capitalista. Durante a pandemia de covid-19 no Brasil, o número de pessoas encarceradas aumentou em 61 mil pessoas, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Só no último ano - entre abril de 2020 e maio deste ano - o número subiu 7,6%: foi de 858.195 pessoas para 919.651. O total é um novo recorde preocupante do cárcere brasileiro, segundo sistemas oficiais, e foi puxado pela volta da fome no país. Segundo o levantamento do CNJ, estão presos 867 mil homens e 49 mil mulheres. Em 2020, a taxa era de 405 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2022, o número chegou a 434 pessoas encarceradas a cada 100 mil. A necropolítica⁵ tem alvo, e no Brasil, Serra

5 Ferrari (2019) informa que Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um [ensaio](#) questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. O ensaio virou livro e chegou ao Brasil em 2018, publicado pela editora N-1. Para Mbembe, quando se nega a humanidade do outro qualquer violência se torna possível, de agressões até morte. Fonte: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>.

(2013), vai nos alertar que vivemos sob a égide de um Estado penal⁶, que se circunscreve numa cultura punitiva voltada para os negros e os pobres, desde o Brasil Colônia:

Desta forma, o fenômeno do encarceramento em massa, presente de forma intensa no Brasil, a partir dos anos 1990, imbrica-se com muita propriedade na existência deste Estado penal. A punição passa, então, a ser percebida enquanto resolução dos conflitos sociais e há uma sacralização da pena no Brasil. (...) Vale dizer, portanto, que o Estado punitivo no Brasil colocará em prática toda uma perspectiva calcada na lógica punitiva que atravessa as relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira e que faz com que tais relações sejam profundamente assimétricas, autoritárias, intolerantes, posto que as relações de alteridade projetam o Outro enquanto inimigo e então, diante deste olhar, este Outro personifica-se enquanto inimigo, que merece, portanto ser punido (SERRA, 2013, p.31).

No caso do Brasil, existe uma cultura punitiva voltada que se projeta contra os negros, os brancos pobres numa proporção desigual em relação aos brancos ricos, detentores do poder econômico. Assim Adorno, Fefferman, Figueredo (2017), definem este Estado como:

O Estado brasileiro, assim, como o de vários outros países que constroem suas políticas locais a partir do modelo norte-americano difundido nos últimos 35 anos de guerra às drogas, tem promovido uma situação de insegurança, punição e arbitrariedade que afeta a saúde de sua população. De forma direta atinge os grupos discriminados e criminalizados e indiretamente atinge toda a sociedade ao promover ações de extermínio e a justificativa de uso das armas em um contexto civil, estilo de governança que vem sendo chamado de "Estado Penal" (...) O Estado Penal vem sendo construído num ataque deliberado ao modelo do Estado de Bem-Estar Social e de promoção de políticas públicas de cidadania. Esse modelo implementa estratégias neoliberais que destituem a proteção às relações de trabalho e promove ações de exclusão social, confinamento, medo, insegurança, racismo e negação de políticas da diversidade. Na área de drogas, este modelo promove a guerra às drogas, pactuações entre Estado e atividades legais, ilegais e ilícitas que garante um mercado sem regulação e que distribui dividendos a atores do próprio Estado e a grupos privados que permanecem invisíveis, sustentando essas atividades. (ADORNO, FEFFERMAN, FIGUEREDO, 2017, p.15)

Compreender esta perspectiva de Estado significa situar-se numa das esferas cruciais para entender a produção e reprodução das classes sociais, visto que este caráter punitivo se configura numa forma de atender aos interesses das nações hegemônicas para acumulação de capital. Conforme explicitam as palavras de Junior e Sassara (2016):

⁶Estima-se que no Brasil, existam cerca de 700 mil pessoas presas. Trata-se, entretanto, de uma estimativa, justamente porque não sabemos ao certo quantas pessoas estão encarceradas nos cerca de 1.430 estabelecimentos prisionais brasileiros, uma vez que o dado mais recente do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) data de dezembro de 2014.

O Brasil pós-impeachment tem um governo com baixíssima legitimidade, implementando um programa de reversão sistemática dos ganhos sociais e de direitos das últimas décadas; um sistema de justiça em frangalhos, nas mãos de pessoas que se portam como justiceiros, mas que mal conseguem disfarçar seus interesses políticos; e uma sociedade ainda terrivelmente desigual e cada vez mais desiludida com a representação política democrática (JUNIOR e SASSARA 2016, P.183).

Os movimentos sociais, os sindicatos, as entidades dos trabalhadores da saúde organizados consideram o que houve no Brasil em 2016, foi um golpe institucional. Importante destacar que o vínculo entre religião e política ficou bastante evidente, quando na atividade da votação do pedido de impeachment os deputados fizeram alusão 270 vezes a família e filhos e 75 vezes a Deus. A nação assistiu por horas estarrecida o espetáculo de horrores, que realizava uma íntima relação entre política e religião. Cunha, Lopes, Luiz, (2017) fizeram o seguinte levantamento, nesta ocasião:

contexto social e político possibilitava, ou até estimulava, o uso da palavra “religião” como meio de falar para todos, como um código que estabelece uma comunicação para dentro e para fora da esfera político-partidária. O mesmo código foi ativado durante a votação do encaminhamento do pedido de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 15 de março de 2016, quando todos puderam assistir aos votos dos parlamentares. Durante os pronunciamentos, os crimes de responsabilidade fiscal que fundamentaram o encaminhamento do processo foram citados apenas 18 vezes; famílias e filhos (as), 270 vezes; e a palavra Deus, 75 vezes – tendo sido usada, inclusive, pelo então presidente da Câmara, o deputado federal Eduardo Cunha, PMDB-RJ (CUNHA, LOPES, LUIZ, 2017, P.10).

Desde então considera-se que a democracia vem sofrendo profundos abalos e os direitos civis e sociais conquistados pela Carta Magna de 1988 estão sendo alijados da população, através das Reformas trabalhista, previdenciária e tributária (CLEMENTE, CLEMENTE, NORONHA, 2018). Os interesses das corporações midiáticas, religiosas e do capital financeiro se sobrepõem aos interesses dos trabalhadores e brasileiros pobres, estes últimos têm encontrado na informalidade a possibilidade de ganhos sociais de subsistência.

2.2 Os impactos da pandemia do COVID-19 junto ao povo negro brasileiro.

Quando falamos das crises do capital, estamos nos remetendo ao movimento histórico vai desde a acumulação primitiva, passando pelas crises cíclicas, a exemplo dos anos de 1929, 1970 e 2008, chegando até a contemporaneidade, apresentando como resposta medidas de “austeridade” implacáveis aos trabalhadores. Estamos numa conjuntura difícil, marcada por uma crise sanitária na qual não cabe o falso dilema entre economia ou vida. O fato é que estamos imersas num tipo de sociabilidade na qual a vida de uns, importam mais

que a vida de outros, neste sentido gênero, raça e classe se relacionam numa dialética perversa, na qual os alvos preferenciais das desigualdades:

O governo brasileiro passou a não seguir as recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde e pelo seu próprio Ministério da Saúde. Além disso, não tem demonstrado liderança, nem se comunicado como é esperado, com os entes federativos – estados e municípios – em se tratando do enfrentamento a uma pandemia. Vale acrescentar que essa postura do chefe do governo tem influenciado negativamente o comportamento da população ante as recomendações de distanciamento e isolamento social, o que fez crescer de forma acentuada o número de infectados, as hospitalizações e mortes pelo vírus. A despeito de termos um dos melhores sistemas de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), embora esse venha sofrendo com subfinanciamento, privatizações e ataques à sua estrutura organizacional, é universal, gratuito e atende 67% das necessidades de saúde da população negra; portanto, nesse momento o SUS poderia ser fortalecido pelo governo brasileiro para dar melhores respostas na preservação de vidas humanas, especialmente aquelas com menos recursos para o enfrentamento da pandemia. (LOPES. F, HELIOTERIO, M, SOUSA, C,FREITAS, NOGUEIRA, F,ARAÚJO, T.2020, p.1)

Pouco tempo antes, em 2018, muitos brasileiros, tomados ilusoriamente pelo afã de eliminar a violência, a decadência moral e a corrupção, embarcaram no engodo de inspiração nazifascista de se ter o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, tendo sido este o *slogan* vitorioso no pleito das eleições majoritárias. A população foi tomada pelo sentimento de que um “salvador da pátria” iria resolver tudo da noite para o dia e iria colocar moral e religião na educação, armar a população para a defesa da família e banir a corrupção do espaço público com a chamada “nova política”. O que se revelou na prática foi o contrário: a aplicação de um pacote conservador, autocrático e neoliberal que tem se refletido no cotidiano dos trabalhadores, com as denúncias de corrupção envolvendo o clã presidencial sendo sufocadas e blindadas pelo maior baluarte da moralidade pública, o ícone da Operação Lava-Jato.⁷

O que Marx, em *A Ideologia Alemã* (1845), chamou de falsa consciência, quando se referia à noção de ideologia, se confirmou no Brasil de hoje. A ideologia da classe dominante se espalhou pelos aparelhos privados de hegemonia e a comunicação assumiu centralidade na criação de consensos, sejam verdadeiros ou não. A forma repetitiva com as quais algumas notícias são divulgadas terminam por incorporar a retórica da verdade, uma

⁷ Dip (2018, p. 18) assinala que: “essa reação chega também, após 14 anos de governo de um partido autodeclarado de esquerda (ainda que sofra severas críticas por parte de uma parcela da esquerda), através do Congresso mais conservador eleito desde 1964, o qual se aproveita de um levante legítimo e importante que nasce com as jornadas de junho de 2013 e transforma a insatisfação popular em um grande monstro amorfo, usado como pretexto para legitimar a manobra política que culminaria no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Nas ruas, manifestações que antes pediam o fim da corrupção se calam diante de denúncias graves, flagrantes, delações e provas envolvendo o presidente em exercício, Michel Temer, e grande parte dos parlamentares, que agora nem mais se esforçam para disfarçar que a escolha por aqueles que caem ou se mantêm no poder depende de negociações e aliança política”.

técnica social de manipulação e controle muito utilizada no período da propaganda nazista sob o hitlerismo. Um exemplo disso foi o impacto que o debate sobre “ideologia de gênero” teve na sociedade brasileira, conforme expressa os dados do Relatório: Igualdade e não discriminação, políticas de gênero e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil (2022):

A disposição ideológica do governo Bolsonaro (2018-2022) expressa no uso e defesa do sintagma “ideologia de gênero” tem operado como um dispositivo disseminado sistematicamente no nível regional e nacional fortalecendo propostas legislativas restritivas com relação aos direitos a diversidade de gênero e sexualidade na educação, na saúde, na segurança pública e nas políticas de assistência social, assim como sustentando posições antigênero nas diretrizes da política de direitos humanos no país e na política externa. Relatório: Igualdade e não discriminação, políticas de gênero e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, (Relatório: Igualdade e não discriminação, políticas de gênero e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil 2022, p.3):

O uso e abuso das “*fake news*” nas redes sociais se tornaram um instrumento da política na atualidade. O filósofo marxista italiano Antônio Gramsci nos ajuda a compreender os efeitos reais da ideologia conservadora na prática política da sociedade brasileira atual ao pontuar que “a maneira pela qual o conceito de ideologia como ‘ciência das ideias’, como ‘análise sobre a origem das ideias’ passou a significar um determinado ‘sistema de ideias’ deve ser examinado historicamente, já que logicamente o processo é fácil de ser examinado” (GRAMSCI, 1966, p. 64). Ou seja, Gramsci considera que determinado sistema de ideias possui uma história; e aqui sugerimos que essa história deve ser buscada nas contradições da sociedade de classes.

A conjuntura que estamos implicadas e vivendo no Brasil e, em algumas partes do mundo diz respeito a ascensão do fascismo como ideologia, e da indiferença as vidas perdidas em decorrência da pandemia do COVID 19. No Brasil a situação é grave pois, trata-se de um ambiente de perdas no âmbito do debate público e da democracia, tendo como expressão de desmonte radical nas políticas públicas e sociais num curto espaço de tempo.

3. Conclusões

Os desafios são imensos e perpassam a capacidade de fazer leitura de conjuntura. Os sujeitos coletivos que enfrentam a barbárie cotidiana, à qual estão submetidos os usuários dos serviços da rede socioassistencial na área da saúde, é preciso um investimento nas discussões sobre gênero, racismo estrutural e exploração de classe manifestas na sociabilidade do capital. Negar o real é uma forma de se aproximar dos

projetos de poder da classe opressora.

Esse é um debate fecundo, libertador, emancipador e necessário para a formação de diversas profissões nas áreas de saúde e humanidades. Muitas vezes projetos profissionais, por mais que sejam avançados politicamente, terminam por não superar a ideologia dominante, sem conseguir identificar as ideologias de caráter racista, LGBTfóbico, misógino; e, contraditoriamente, apresentam uma resistência irracional às iniciativas antirracistas voltadas para eliminação das desigualdades sociais.

Referências

ADORNO, Rubens; Figueiredo Regina; Feffermann, Marisa. Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. Temas de Saúde Coletiva, n.23 São Paulo : Instituto de Saúde, 2017.

CLEMENTE, F, da S. Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras. Tese de doutorado, UFPE, 2019.

CLEMENTE, M. da S. As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do negro e da negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2005.

CLEMENTE, M. Contrarreforma na Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas na contemporaneidade: o lugar das comunidades terapêuticas. Tese de Doutorado. UFPE, 2020.

CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, ONU, 1948).

CUNHA, C. Lopes, P. Lui, J. Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Fundação Heinrich Boll Stiflung, Iser, Rio de Janeiro, 2017.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1976.

Gramsci, Antônio. Concepção Dialética da História, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, 1966.

HART, Carl. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2017.

INFORME 2017/2018. Anistia Internacional, O Estado dos Direitos Humanos no Mundo.

INFORME 2020/2021. Anistia Internacional, O Estado dos Direitos Humanos no Mundo.

JUNIOR, J. SASSARA L. O terceiro turno de Dilma Rousseff. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, V. 40 Numero Especial, 176-185, dez, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/Covid19. Acessado em 28/08/2022.

LOPES, F, HELIOTERIO, M, SOUSA, C, FREITAS, NOGUEIRA, F, ARAÚJO, T. COVID-19: POR QUE A PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA SAÚDE É PRIORITÁRIA NO COMBATE À PANDEMIA? Trab. educ. saúde 18 (3) • 2020

LUCKÁCS, Gyorgy. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Editora UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

MASCARO, Alyson. L. Estado e Forma Política. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

MASCARO, Alyson L. Crise e Golpe. Editora Boitempo, São Paulo, 2018.

MARX, Karl. Engels, F. Manifesto do Partido Comunista. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

MARX, Karl. O Capital. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

MARX, Karl. Engels, F. A Ideologia Alemã. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

MARX, Karl. A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005.

SANTOS, M. NERY, J. GOES, E. SILVA, A. SANTOS, A. BATISTA, L. ARAUJO. E. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo. ESTUDOS AVANÇADOS 34 (99), 2020.

SERRA, C. Estado Penal e encarceramento em massa no Brasil. In Prisões e Punição no Brasil contemporâneo. Lourenço L. Gomes, G (orgs) EDUFBA, Salvador, 2013.

Relatório: Igualdade e não discriminação, políticas de gênero e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil (2022).

ZACCONE, Orlando. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Editora Revan, 2006.